

Punir o Hamas e proteger os palestinianos

A barbárie dos actos dos Hamas vai-se apagando com as imagens diárias de bombardeamentos israelitas e os imensos sofrimentos palestinianos.

José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 30 de Outubro de 2023

1. Nas horas e dias seguintes, o brutal ataque do Hamas a Israel a 7 de Outubro desencadeou uma grande indignação contra os seus perpetradores na opinião pública internacional. As imagens e relatos de centenas de pessoas chacinadas deliberadamente num festival de música, de inúmeros civis mortos indefesos na rua ou nas suas casas, incluindo crianças e pessoas idosas, e o rapto de mais de duzentas pessoas, levadas pelo Hamas para Gaza como reféns, causaram enorme espanto e um genuíno choque.

O sentimento de justiça generalizado, pelo menos entre a opinião pública ocidental, apontava para que os culpados — o Hamas — que praticaram actos tão hediondos e desumanos teriam de ser severamente punidos de forma a nunca mais acontecerem. Todavia, agora são as imagens dos sistemáticos bombardeamentos do Exército de Israel em Gaza, as imagens quase apocalípticas de edifícios e ruas destruídas, as imagens e relatos de sofrimento de inúmeras pessoas nas ruas desesperadas a chorar e a sangrar, com falta de alimentos, de água, de medicamentos e de combustíveis, que nos chocam diariamente. Levantam uma onda de compaixão e de indignação contra Israel pelo enorme sofrimento dos palestinianos em Gaza. Como chegamos a este grau de brutalidade entre as partes em conflito, que nos faz até descreer na evolução do ser humano e na possibilidade de um mundo melhor, mais digno e mais decente?

2. A interrogação leva-nos ao problema da guerra justa. Esta só existirá quando há motivos moralmente fundados para a fazer, por exemplo, quando um Estado necessita de se defender de um ataque, ou de responder a uma agressão militar de que foi alvo. Mas isso tem de ser também feito em respeito das regras da guerra instituídas pelo Direito Internacional Humanitário (DIH). Aqui começa a parte mais difícil do problema. Num mundo ideal, primeiro nem haveria guerra, mas, se esta surgir, pelo menos as partes em conflito (os beligerantes) devem respeitar as regras jurídicas dos conflitos armados vertidas nas Convenções de Haia de 1899 e 1907, na Carta das Nações Unidas de 1945, na Convenção das Nações Unidas de 1948 sobre o genocídio e, especialmente, nas Convenções de Genebra de 1949.

Mas aquilo a que temos assistido desde 7 de Outubro é algo que nos choca profundamente e colide com o respeito do DIH, sob formas e graus variáveis. Primeiro, o ataque do Hamas a Israel constituiu uma gravíssima violação das regras mais básicas do DIH. Importa lembrar que o DIH protege as vidas dos civis e que o Hamas matou deliberadamente centenas de civis indefesos, sem qualquer justificação militar e respeito pela vida humana, num puro acto de violência e de terror vingativo. O DIH proíbe efectuar reféns e o Hamas, intencionalmente, fez mais de duas centenas de reféns. Em seguida é Israel que, no âmbito da sua acção militar de retaliação e punição,

desrespeita as regras do DIH. Este protege as populações civis, mas as populações palestinianas estão diariamente a ser atingidas também pelos bombardeamentos militares, com inúmeros mortos e feridos. O DIH protege igualmente as infra-estruturas civis, mas aquilo a que assistimos frequentemente é a escolas, hospitais e outros edifícios aparentemente sem utilidade militar, destruídos ou danificados por bombardeamentos israelitas.

3. Por que razão não estamos a assistir apenas a uma punição dos culpados do Hamas pelos actos hediondos de 7 de Outubro, mas a ver, diariamente, dramáticas imagens de um enorme sofrimento da população palestiniana? Aquilo que torna particularmente difícil responder a esta questão é o que problema radica nas atitudes dos dois lados em conflito, embora sob diferentes formas e com diferentes graus de responsabilidade. Alimenta-se quer das estratégias de guerra híbrida usadas pelo Hamas para provocar sofrimento humano, quer das respostas militares excessivas do Exército de Israel. No caso do Hamas, é inequívoco que não tem qualquer interesse em respeitar genuinamente o DIH — cuja existência, como do restante Direito Internacional, nega na sua Carta de 1988, apenas reconhecendo a Sharia. O que o Hamas faz é usar o DIH numa lógica de *lawfare*, ou seja, instrumentalizando-o como arma contra Israel para conquistar a simpatia da opinião pública internacional.

A estratégia está a ser bem-sucedida até agora. Repare-se que o Hamas, como governo de facto de Gaza, criou um aparato burocrático-administrativo similar ao de um Estado — por exemplo, tem um ministro da Saúde que diariamente anuncia as vítimas civis dos bombardeamentos de Israel. Todavia, ao mesmo tempo, rejeita o normal funcionamento do aparato de um Estado, por conveniência estratégica. Não criou umas milícias ou forças armadas distintas da população civil e com uma identificação militar clara — como exige o DIH —, quando o poderia ter feito, pois tem o poder de facto no terreno. Prefere misturar-se hipocritamente com os civis palestinianos em ostensiva violação do DIH.

Ao mesmo tempo, construiu túneis que usa nas suas operações militares contra Israel (aí guardando, para o seu uso, os alimentos, medicamentos e combustível que faltam agora aos civis), mas não se preocupou em fazer abrigos para proteger as populações civis palestinianas dos bombardeamentos e escassez alimentar. Armazena material militar e tem centros de comunicações de comando junto de instalações civis, ou em caves sob estas, incluindo escolas e hospitais, numa violação ostensiva do DIH. Dispara *rockets* e mísseis antitanque nas proximidades de locais com concentrações de população civil, numa outra violação deliberada do DIH. Espera que a retaliação do Exército israelita não ocorra para não violar o DIH, ou então, se ocorrer, que provoque muitos mortos e feridos civis causando grande indignação na opinião pública. Assim, ganha sempre.

4. Ao desprezo pela vida humana do Hamas e uso hipócrita do sofrimento dos palestinianos para seu próprio proveito político juntam-se os excessos da resposta militar de Israel, movidos por um compreensível medo existencial e de estar cercado de inimigos, mas também nutrido por criticáveis sentimentos primários de vingança e

desprezo pelos palestinianos. Isso leva à tão discutida quão complexa questão da proporcionalidade do uso da força. Em termos muito gerais, significa que uma acção militar violará o DIH, se for expectável que cause danos colaterais, ou seja, danos na população civil excessivos em comparação com a vantagem militar pretendida.

Para avaliar a proporcionalidade — ou falta dela — é necessário saber se haveria outra forma de atingir tal objectivo militar legítimo com menos danos colaterais (danos em civis) e se há equilíbrio entre o resultado desejado e os danos causados. Na actual guerra, isso depende, desde logo, da vontade de cumprimento do DIH de quem executa uma acção militar (Israel), mas também da vontade de cumprimento do DIH de quem é o alvo da retaliação (Hamas). Neste último caso, o do Hamas, como já explicado, o ataque de 7 de Outubro foi uma brutal violação do DIH. A estratégia foi levar em seguida Israel a violar também o DIH na retaliação, apostando na espectacularização do sofrimento dos palestinianos ao longo de semanas ou meses. A barbárie dos seus actos vai-se apagando com as imagens diárias de bombardeamentos israelitas e os imensos sofrimentos palestinianos.

Mas os radicais de Israel, que nada querem negociar, nem ouvir falar de um Estado palestiniano independente, estão a fazer com que a estratégia do Hamas seja ganhadora. O facto de o Governo de Benjamin Netanyahu depender de radicais judeus da direita ultra-ortodoxa amplifica o problema. Não parece existir grande preocupação em distinguir o palestiniano comum dos seguidores e militantes Hamas. O que Israel está a fazer — ou dar a ideia na opinião pública que está a fazer — é a punir não só o Hamas como colectivamente os palestinianos em Gaza.

O que Israel deveria fazer é mostrar aos palestinianos que o Hamas é o problema, não é a sua solução, como este afirma na propaganda. Para Israel, só há uma estratégia de vitória possível, ainda que extremamente difícil de executar na prática (e não é aquela que está a utilizar agora pelos seus excessos): punir implacavelmente o Hamas, protegendo, aos mesmo tempo, os palestinianos de imensos sofrimentos desnecessários. Entrar numa competição macabra pela violação do DIH e conquista da simpatia da opinião pública pelo sofrimento humano tem um vencedor antecipado — o Hamas. Traz dois perdedores antecipados, judeus e palestinianos, que perpetuam o ódio até ao infinito.

<https://www.publico.pt/2023/10/30/mundo/analise/punir-hamas-protoger-palestinianos-2068493>